



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
COMANDO TRIPARTITE - CT/DPF/FIG/PR

**LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 00029794120/2023-CT/DPF/FIG/PR - LEI 14.133/2021**

**SERVIÇOS CONTINUADO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA –  
CONTRATAÇÃO DIRETA**

**MJSP - POLÍCIA FEDERAL (PF)**

(Processo Administrativo nº 08395.000316/2023-11)

*Versão modelo AGU: Junho/22, retirado do site da AGU em 26 de junho de 2023.*

Processo nº 08395.000316/2023-11

**1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, “A” E “I” DA  
LEI Nº 14.133/2021)**

1.1. Contratação de serviço de sistema de banco de dados com fornecimento periódico de extrações de bases de dados, através de **pesquisa online**, com acesso para 50 (cinquenta) usuários simultâneos e 50.000 (cinquenta mil) consultas por ano, que permita acesso a informações de pessoas físicas e jurídicas, quais sejam: dados pessoais e comerciais, dados de parentesco, endereços, telefones fixos, telefones móveis, localização e dados de óbito, obtidos de cadastros comerciais e compiladas por empresas privadas especializadas em confirmação de informações de crédito, com a finalidade de auxiliar a investigação policial de fatos criminosos e na localização de pessoas desaparecidas, por parte da DPF/FIG/PR, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Contratação de serviço de sistema de banco de dados com fornecimento periódico de extrações de bases de dados através de pesquisa online.	21350	Consultas	50.000	R\$ 0,18	R\$9.000,00

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, prorrogável por até 2 (dois) anos ou até o limite do valor da dispensa, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que é necessário para a manutenção das atividades policiais e investigativas, necessidade pública de forma permanente e contínua, sendo a vigência plurianual mais vantajosa para a Administração, de modo que a interrupção pode comprometer o cumprimento da missão institucional da Polícia Federal.

1.4. O custo estimado total da contratação é de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA 'B', DA LEI Nº 14.133/2021).**

2.1. A Delegacia Regional da Polícia Federal em Foz do Iguaçu (DPF/FIG/PR) é a maior delegacia da PF no interior do Brasil e possui um efetivo de servidores e colaboradores maior do que algumas Superintendências Regionais. É um local com áreas bastante sensíveis, onde são realizadas interceptações, análises, prisões, custódia, atendimentos, entre várias outras atividades desempenhadas pela PF em suas áreas de atuação.

2.2. Assim, a contratação do serviço continuado de consulta online se sustenta no fato de seu uso no âmbito de operações e investigações e outras áreas de competência da área investigativa. Portanto, é de grande importância a utilização do serviço de confirmação online de dados cadastrais da base de dados para execução das demandas dos núcleos de operações e análises, além das unidades de inteligências.

2.3. O acesso às múltiplas informações dos bancos de dados online se dá por meio de interface simples, rápida e intuitiva. Possibilita a consulta de: pessoas, empresas, endereços, CEPs, telefones, entre outros, facilitando a localização de nomes, parentes, telefones, endereços, participações societárias e muito mais.

2.4. É, indiscutivelmente, ferramenta essencial e imprescindível para as investigações e localizações de indivíduos em curso nas delegacias ligadas à DPF/FIG/PR, gerando economia de recursos e de tempo, além de conferir eficiência e eficácia às atividades investigativas e de localização de indivíduos.

2.5. Atualmente, existem sistemas de consulta-online com interface moderna e conteúdo atualizado, permitindo consultas pontuais e customizadas de abrangência nacional, atendendo a demanda atual DPF/FIG/PR e do Núcleo de Inteligência.

2.6. É importante ressaltar que o sigilo das informações pessoais, constantes na base de dados fornecida, estará garantido, nos termos do art. 20 do Código de Processo Penal e dos arts. 25 e 31 da lei nº. 12.527/2011, pois o acesso à ferramenta multi citada será concedido, através de senha pessoal e intransferível, aos Policiais Federais que trabalhem em investigações policiais, mediante: autorização da chefia imediata e assinatura de Termo de Responsabilidade de Manutenção de Sigilo dos Dados Pessoais, previsto no art. 61 do decreto nº. 7.724/2012. Além disso, cada consulta será auditada por log e por IP, ou seja, será possível averiguar qual servidor entrou no sistema, em qual máquina e quais os dados consultados.

2.7. Não obstante, a Polícia Federal (PF) já possua acesso a diversos bancos de dados públicos que contêm informações a respeito de pessoas físicas e jurídicas, essas bases, muitas vezes, possuem informações desatualizadas, pois foram inseridas somente para cumprir com obrigação cadastral formal, tais como o endereço e o telefone informados à Receita Federal do Brasil.

2.8. Entretanto, as informações mais precisas e atualizadas são aquelas fornecidas a empresas privadas para entrega de mercadorias em sua residência ou para a obtenção de crediário. Para essas finalidades, as pessoas, em regra, informam os seus dados mais atuais para não correr o risco de ficarem sem a mercadoria ou de não obter o crediário. Essas informações obtidas de cadastros comerciais são compiladas em grandes bancos de dados por empresas privadas especializadas em confirmação de informações de crédito, as quais comercializam essa confirmação de crédito para as mesmas empresas que as coletam.

2.9. Portanto, essas empresas privadas fornecem informações necessárias às investigações e localização de indivíduos com uma precisão muito maior do que as bases de dados públicas disponíveis.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA 'C').**

3.1. As consultas devem retornar, no mínimo, as seguintes informações sobre pessoas físicas na consulta por CPF:

a) Nome completo;

- b) Sexo;
- c) Data de nascimento;
- d) Data de óbito;
- e) Endereços completos (logradouro, número, CEP, bairro, cidade, estado, país, complemento);
- f) Informações telefônicas (telefone fixo, telefone celular; telefone WhatsApp, telefone comercial, telefone status (ativado/desativado));
- g) Grau de instrução;
- h) Informações sobre parentes, a saber: nome da mãe, nome do pai, cônjuge, enteado (a), genro, nora; filhos, irmãos, avós paternos e maternos, netos, bisavós paternos ou maternos, tio (a), sobrinho (a), primo (a), sogro (a), companheiro (a), padastro e madastra;
- i) Dados cadastrais de sócios e informações sobre participações societárias.

3.2. As consultas devem retornar, no mínimo, as seguintes informações sobre pessoas jurídicas na consulta por CNPJ:

- a) Razão social;
- b) Nome fantasia;
- c) Data de abertura da empresa;
- d) Telefone da empresa;
- e) CPF dos sócios
- f) Nome completo dos sócios;
- g) Endereços dos sócios da empresa;
- h) Data de nascimentos dos sócios;
- i) Endereço de e-mail dos sócios;
- j) Sexo dos sócios;
- k) Informações telefônicas dos sócios, a saber: telefone fixo; telefone celular; e telefone WhatsApp;
- l) Porte da empresa;
- m) Situação da empresa;
- n) Endereço da empresa, a saber: número; bairro; e cidade;

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA ‘D’ DA LEI Nº 14.133/21).**

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1. Sustentabilidade:

4.1.1.1. Os critérios de sustentabilidade não são suportados na contratação ora pretendida, tendo em vista tratar-se de prestação de serviços de consulta online.

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Não haverá exigência de garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº. 14.133 de 2021, tendo em vista se tratar de contratação de pequeno vulto e entrega imediata.

4.4. O Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

**5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “E” E ART. 40, §1º, INCISO II, DA LEI Nº 14.133, DE 2021).**

5.1. O prazo de execução dos serviços será de 12 (doze) meses, com início na data da assinatura do contrato, na forma que segue:

5.1.1. Os serviços serão prestados de forma virtual, com acesso pela internet;

5.2. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.2.1. As informações serão fornecidas por meio de consultas ao portal de internet da empresa contratada, mediante usuário e senha previamente cadastrados pela contratada, referente à Licença de Uso e Ativação, durante o período de 12 (doze) meses ou até esgotar as 50.000 (cinquenta mil) consultas;

5.2.2. O controle de usuários será realizado pela CONTRATANTE, através da DPF/FIG/PR ou por outra unidade ou servidor por esta designado, e serão fornecidos, no momento da contratação, os nomes, matrículas funcionais e CPF's dos servidores indicados de cada setor.

5.2.3. A contratada deverá liberar uma ferramenta que possibilite a contagem e o acompanhamento do número de acessos.

5.2.4. Cada acesso negado ou inconsistente, tendo como causa um defeito no software, deverá ser desconsiderado na contagem de acessos por parte da contratante.

5.2.5. Na entrega dos serviços a contratada deverá informar senhas de acesso e manter o banco de dados sempre atualizado.

5.2.6. Os 50 (cinquenta) usuários cadastrados deverão ter acessos simultâneos ao banco de dados.

5.3. Do suporte técnico:

5.3.1. Deverá prover suporte técnico para o serviço, que poderá ser realizado durante o período do contrato, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, além de prover canal de atendimento por telefone ou e-mail;

5.4. A empresa deverá ter plena capacidade de realizar todos os serviços de forma adequada e tempestiva, atentando-se aos prazos, condições e atualizações necessária, para não comprometer a correta consulta e não frustrar as expectativas da contratante.

5.5. Os serviços serão considerados ativos, técnica e comercialmente, na data do recebimento da nota de empenho para prestação dos serviços pelo responsável e obtida a confirmação do recebimento dos valores acertados.

**6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “F” DA LEI Nº 14.133/21).**

**6.1. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**

6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

6.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.1.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

6.1.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a

regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.1.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.1.4. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

6.1.4.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º).

6.1.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.1.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.1.7. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

6.1.7.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.1.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

6.1.9. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

6.1.10. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.1.11. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

## **7. DO RECEBIMENTO**

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, contado do adimplemento da parcela, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.1.1. O contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

7.1.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.1.3. No prazo supracitado para o recebimento provisório, cada fiscal ou a equipe de

fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

7.1.3.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.1.3.2. Independentemente do prazo supracitado para o recebimento provisório, o fiscal deverá atuar em consonância com suas atribuições, atestar a nota fiscal e encaminhá-lo para pagamento.

7.1.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 1 (um) dia, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.1.6. Consoantes o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

7.1.7. Os serviços serão considerados ativos, técnica e comercialmente, na data em que forem recebidos pelo fiscal responsável.

7.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA 'H', DA LEI N. 14.133/2021).**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021 que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item.

8.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

8.3. Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

8.4. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

8.4.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.4.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com objeto idêntico ao especificado no Termo de Referência, ou com a mesma finalidade e resultados pretendidos.

8.4.1.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.4.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.4.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## 9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

9.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: 00001/200366

Fonte de Recursos: 0100000000

Elemento de Despesa: 339039

Plano Interno: PF99900AG23

Foz do Iguaçu, data da assinatura eletrônica.

ÂNGELA PATRÍCIA RADECKI SOARES  
Agente Administrativa  
CT/DPF/FIG/PR

ADRIANO BATISTA CHAMME  
Delegado de Polícia Federal  
Chefe do NIP/DPF/FIG/PR

MARCO BERZOINI SMITH  
Delegado de Polícia Federal  
Chefe da DPF/FIG/PR - Ordenador de Despesas



Documento assinado eletronicamente por **ANGELA PATRICIA RADECKI SOARES, Agente Administrativo(a)**, em 06/07/2023, às 10:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANO BATISTA CHAMME**, **Delegado(a) de Polícia Federal**, em 06/07/2023, às 11:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **MARCO BERZOINI SMITH**, **Chefe de Delegacia**, em 07/07/2023, às 13:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=00029794120&crc=4C2FEE8F](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=00029794120&crc=4C2FEE8F).

Código verificador: **00029794120** e Código CRC: **4C2FEE8F**.

---

Referência: Processo nº 08395.000316/2023-11

SEI nº 00029794120